

Valcir Araujo



Campanha contra os cortes na Educação e por reajuste
Páginas 3 e centrais



Aduff entrevista candidatos à eleição para Reitoria na UFF
Página 3



Jurídico: vitória em ação sobre progressões e outros informes
Página 8

Mobilização para deter um governo cuja marca é a destruição de direitos

Valcir Araujo



Ocupa Brasília: Aduff presente na mobilização de 14 de junho em Brasília, contra os cortes, a ameaça de cobrança de mensalidades e pelo reajuste salarial

Fortalecer as campanhas em defesa da Educação e pelo fim do congelamento salarial é desafio necessário para deter um governo que, há poucos meses de terminar, tenta acelerar ataques aos serviços públicos e à classe trabalhadora

O presidente Jair Bolsonaro disse certa vez, quando estava nos Estados Unidos, que o objetivo de seu governo não era construir nada e sim destruir.

Agora, em fim de mandato, tenta acelerar o que já fazia no que se refere aos direitos e às políticas públicas sociais: cortes na Educação, na saúde e nos demais serviços públicos; desrespeito à autonomia das universidades; privatização às pressas de estatais; violenta redução do valor real dos salários; desprezo aos direitos humanos, às liberdades democráticas e à vida.

Tenta impor quatro anos de congelamento salarial aos servidores e servidoras sob uma inflação que pode atingir 30%.

Incentiva criminosos como os que desapareceram com Dom e Bruno na Amazônia. Pa-

rabeniza ou relativiza violências policiais e raciais como a chacina da Vila Cruzeiro, no Rio, ou o assassinato por asfixia de Genivaldo, em Sergipe.

São por essas razões que a campanha do funcionalismo, que exige o reajuste dos salários como determina a Constituição, também é uma luta por direitos e para que a saúde, a educação, as universidades públicas, já tão atingidas por cortes e abandono, sigam existindo.

É a resistência dos trabalhadores às medidas que destroem direitos sociais e trabalhistas, impulsionando o desemprego, a fome e a pobreza - medidas tão festejadas pelo mercado financeiro, pelo agronegócio e outros setores empresariais. Este **Jornal da Aduff** é um convite à mobilização para detê-las.

Editorial

Dois desafios

O ano de 2022 tem para a comunidade acadêmica da UFF dois desafios novos. O primeiro, de amplitude nacional, são as eleições gerais e a presidencial. O segundo é a sucessão na Reitoria da Universidade Federal Fluminense, em junho.

No primeiro caso, trata-se de tentar interromper o aprofundamento da exploração do trabalho, das desigualdades de renda e de riqueza e das restrições aos serviços públicos; combater o autoritarismo, a desatenção com a saúde – que matou milhares na pandemia – e os retrocessos nas conquistas civilizatórias que pareciam consolidadas.

A exploração do trabalho vem aumentando com as sucessivas reformas trabalhistas que ampliaram a pejo-tização, a uberização e as terceirizações, além da imposição dos contratos *fakes* de Microempreendedores Individuais (MEIs).

Serviços e servidores públicos estão com verbas reduzidas e salários congelados. As instituições federais de ensino têm atualmente orçamento 15,3% inferior a 2019, com quantidade

maior de estudantes e despesas superiores.

Professores e técnicos-administrativos, no atual governo, têm perdas que caminham, em três anos e cinco meses de gestão, para um quarto dos salários. Para agravar, a inflação avança a cada alta de juros do Banco Central.

Governo autoritário

Em paralelo, reafirmam-se semanalmente ameaças à já limitada democracia no Brasil, levando grande parte de brasileiros e brasileiras a viver com medo do golpe militar e da ditadura, dos quais, até pouco tempo, acreditávamos termos nos livrado. Crescem a violência policial, a atuação das milícias, os assassinatos de negros e mulheres e os crimes contra cidadãos e cidadãs LGBTQIA+.

Impossível não mencionar a destruição do ecossistema e o desgaste diplomático do Brasil no exterior, operação casada levada a cabo pelo atual governo.

Em 2022, continuaremos expostos a essa degradação generalizada. Mas, nesse mesmo tempo, podemos demonstrar nossa indignação,

derrotando nas urnas os agentes desse processo destrutivo e construir, nas lutas, uma nova caminhada de avanços democráticos e melhores condições de vida e de trabalho.

Eleição para Reitoria

No contexto desse desafio nacional, estamos, na UFF, em consulta à comunidade acadêmica para saber que reitor e que UFF nós queremos. De 21 a 23 de junho, teremos o primeiro turno dessa consulta, com três chapas se candidatando.

A Aduff-SSind mantém o princípio da autonomia sindical de não apoiar candidatos nas disputas internas da instituição, mas faz o papel de levar as pautas da categoria para que os candidatos se posicionem e, assim, a comunidade acadêmica possa votar com mais consciência.

Porém, isso não significa indiferença em relação ao processo. A Aduff apoia a consulta e a considera uma conquista das nossas lutas, respeitará o resultado e se mobilizará contra qualquer tentativa de violação da decisão, repudiando

as intervenções do governo nas escolhas democráticas das universidades públicas. Cabe ressaltar, para que fique bem claro, que o Andes defende a eleição direta para reitor e sem lista triplíce.

Além disso, a Aduff, referenciada no histórico Caderno 2 do Andes-Sindicato Nacional, quer a UFF como uma instituição comprometida com a educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Significa dizer que o seu financiamento deve ser do Estado, não dependendo ou submetendo suas atividades de ensino, pesquisa e extensão a contratos com empresas privadas ou ONGs. Por isso, sem cobranças na graduação e na pós-graduação, de acordo com a Constituição e com o plebiscito interno que, em 2010, se manifestou sobre o assunto.

Nesse mesmo sentido, defendemos o retorno do Hospital Antônio Pedro à condição de autarquia e hospital escola, assim como o fim definitivo e imediato do contrato com a Ebserh.

Queremos a UFF expandindo a sua política de cotas, com programas de acolhimento e permanência que cubram as necessidades estudantis.

Precisamos de apoio à pesquisa, com recur-

sos para os trabalhos, participação nos congressos e bolsas para os discentes – seja na sede, seja nas unidades fora de sede.

Apoio também aos cursos novos, precariamente instalados pelo Reuni, com o provimento de docentes e técnicos-administrativos.

Democracia

Defendemos a plena democracia interna da universidade, dos departamentos aos conselhos superiores, com processos transparentes e decisões respeitadas pelas instâncias executoras.

UFF autônoma na gestão dos seus recursos e do seu pessoal, o que a condição de autarquia especial autoriza. Sem o controle eletrônico – constrangedor e ineficaz – dos seus trabalhadores.

Especialmente, postulamos políticas afirmativas contra todas as formas de discriminação e assédio.

Queremos, finalmente, a UFF na defesa da liberdade de ensino, de expressão do pensamento e de organização representativa.

Acompanhamos a escolha do reitor da UFF, contando que ela fortaleça esses compromissos e valores fundamentais da universidade verdadeiramente pública, totalmente gratuita e voltada para os interesses da classe trabalhadora.

Funcionamento da sede da Aduff



Elisângela Leite

A sede da Aduff reabriu para atendimento presencial em 26 de abril

Na secretaria, o horário de funcionamento é das 8h às 17h (fechada de 12h às 13h para o horário de almoço)

Plantão Jurídico



O retorno presencial do Plantão Jurídico começou no dia 29 de abril, no horário das 10h às 13h

Para receber notícias da Aduff

ADUFFZAP (21) 97276-2018

Basta cadastrar o telefone da Aduff em seus contatos no celular e enviar mensagem para o Aduffzap com a frase: "Quero receber notícias".

BOLETIM

Para receber o boletim de notícias digital da Aduff, é preciso informar o e-mail para isso. Caso ainda não o tenha feito, envie uma mensagem para cadastro@aduff.org.br ou pelo Aduffzap.

Associação dos Docentes da UFF

ADUFF
SSind

Seção Sindical do Andes-SN
Filial à CSP/Conlutas

Edição concluída em
15 de maio de 2020

Biênio 2020/2022
Gestão "Autonomia,
Unidade e Luta"

Presidente: Kate Lane Costa de Paiva • 1º Vice-Presidente: Claudia March Frota de Souza • 2º Vice-Presidente: João Claudino Tavares • Secretária-Geral: Elizandra Garcia Da Silva • 1º Secretário: Edson Teixeira da Silva Júnior • 1º Tesoureiro: Arley José Silveira da Costa • 2º Tesoureiro: Gelta Terezinha Ramos Xavier • Diretoria de Comunicação (Tit): Percival Tavares da Silva • Diretoria de Comunicação (Supl): Claudio Roberto Gurgel • Diretoria Política Sindical (Tit): Rodrigo Torquato da Silva • Diretoria Política Sindical (Supl): Waldyr Lins de Castro • Diretoria Cultural (Tit): Rafael Mendonça Dias • Diretoria Cultural (Supl): Poliane Gaspar de Cerqueira • Diretoria Acadêmica (Tit.): Paulo Antônio Cresciúlo de Almeida

Editor
Hélcio L. Filho

Jornalistas
Aline Pereira
Lara Abib

Revisão:
Eliane Salles

Projeto gráfico e diagramação
Gilson Castro

Imprensa
imprensa.aduff@gmail.com

Secretaria
aduff@aduff.org.br

Sítio eletrônico
www.aduff.org.br

Facebook
facebook.com/aduff.ssind

Twitter
twitter.com/aduff_ssind

Impressão
Gráfica EDG - 3 mil exemplares

CAMPANHA SALARIAL 2022 Defesa da educação pública e da revogação do Teto de Gastos (EC 95) estão na pauta

Luta para derrubar congelamento salarial defende serviços públicos e combate privatizações

Movimento que vem articulando unidade que deteve 'reforma' Administrativa para defender serviços públicos e derrubar congelamento salarial busca mais participação num momento que pode ser decisivo para o país

Após passar semanas falando em conceder um reajuste de 5% ao funcionalismo público federal, o presidente Jair Bolsonaro disse que uma eventual reposição, mesmo que tão rebaixada, 'atrapalharia o Brasil'. Segundo ele, não haverá qualquer reajuste para os servidores. Nem os 5% do qual se falava.

A declaração reforçou a certeza entre as entidades sindicais de que não se derrubará o congelamento salarial sem a construção de uma forte mobilização. Bolsonaro agora fala em majorar o auxí-

lio-alimentação – o que não é reajuste e ainda exclui aposentados e pensionistas.

Não chegou a causar surpresa, porém, algo assim por parte de quem já disse que a defesa da Ciência, das vacinas, das universidades, das leis trabalhistas, dos direitos humanos e sociais, das florestas ou das reservas ambientais e indígenas também atrapalham o país.

'Reforma' Administrativa

A campanha em curso busca dar continuidade à aliança entre setores do serviço público que, em 2021, deti-

veram a aprovação da 'reforma' Administrativa (PEC-32) na Câmara dos Deputados.

Não teve força ainda, porém, para arrancar a reposição emergencial de 19,99%. O índice refere-se à inflação acumulada nos três primeiros anos do governo Bolsonaro, que atua para ser o primeiro presidente, desde a redemocratização, a passar todos os anos de seu mandato impondo reajuste zero para o conjunto do funcionalismo civil.

Carestia

Com o ritmo acelerado de aumento de preços, proje-

ções de economistas indicam que até dezembro a inflação poderá corroer quase um terço da remuneração dos servidores em quatro anos. É um patamar de perdas jamais visto fora de períodos de hiperinflação.

Paralisações, atos e greves em certos setores – inclusive docentes de algumas instituições federais de ensino superior – vêm marcando a campanha até aqui. As mobilizações também defendem o arquivamento da 'reforma' Administrativa e a revogação da Emenda Constitucional 95, a que

fixa um limite para os gastos e que asfixia os serviços públicos, enquanto abre os cofres para pagar juros das dívidas públicas.

A campanha também exige a reversão dos cortes orçamentários, que põem em risco até o funcionamento de universidades, e combate as ameaças de fim da gratuidade no ensino superior público e no Sistema Único de Saúde.

Pautas que reforçam a ideia de que a luta dos servidores é também a defesa dos serviços públicos e gratuitos prestados à população.

Aduff Entrevista



Antonio Claudio Lucas da Nóbrega



Fábio Barboza Passos



Wilson Madeira Filho



Wladimir Tadeu Batista Soares



Roberto de Souza Salles



Izabel Christina Nunes de Palme Paixão

CHAPA 1

CHAPA 2

CHAPA 3

Aduff entrevista as 3 chapas candidatas na eleição para Reitoria da UFF

A reportagem da Aduff entrevistou os candidatos a reitor e vice da UFF das três chapas que disputam a eleição, cujo primeiro turno será de 21 a 23 de junho de 2022.

A Aduff tem como política não definir posição sobre apoio a chapas nestas disputas. No entanto, defende a democracia interna,

respeito à autonomia e tem propostas para os pontos abordados nas entrevistas.

As mesmas 11 perguntas foram respondidas por cada chapa – divulgadas por vídeo e texto, que vão estar disponíveis no site da seção sindical (www.aduff.org.br) e nas contas da Aduff no Youtube e no Facebook, além de envia-

das pelo serviço de notícias Aduffzap e e-mail (Boletim Digital).

Foram entrevistadas a Chapa 1: + Juntos Pela UFF (Professores Antonio Claudio da Nóbrega e Fábio Passos); Chapa 2: Movimento UFF Democrática (Professores Wilson Madeira Filho e Wladimir Soares); e Chapa 3: UFF Plural & Demo-

crática (Professor Roberto Salles e professora Izabel Christina Paixão).

Os candidatos Antonio Claudio e Fábio Passos participaram excepcionalmente por vídeo, por estarem em isolamento devido a possível contaminação pela covid-19.

As chapas responderam sobre a UFF e os cortes orçamentários; retorno pre-

sencial e retomada do ensino 100% presencial; políticas de acolhimento e assistência estudantil; proposta para as reuniões do Conselho Superior (CUV) – presenciais, híbridas ou remotas; ensino pago; terceirizados; políticas para técnicos e docentes; multicampia; renovação da Lei das Cotas; e Ebserh.

Grupos de trabalho são espaços de debate, estudo e elaboração das políticas e lutas docentes

Docentes da UFF interessados em participar do GT's podem enviar um *e-mail* para aduff@aduff.org.br, solicitando a entrada no/nos grupos locais

Lara Abib

Da Redação da Aduff

Os grupos de trabalho (GTs) são espaços não deliberativos de formação sindical sobre assuntos relativos às suas temáticas. Nacionalmente, têm por finalidade contribuir na formulação da política nacional do sindicato e auxiliar a Diretoria Nacional do Andes-SN. Cada GT se organiza a partir da coordenação de diretores (as) nacionais, que se reúnem periodicamente com o Pleno (representantes dos GTs das seções sindicais).

Os grupos de trabalho têm ainda como objetivo contribuir na formação de GTs locais nas seções sindicais, que a partir do acúmulo das bases, contribuem na formulações nacionais. A organização dos GTs locais são da responsabilidade e autonomia das seções sindicais. Na Aduff, são dez os Grupos de Trabalho constituídos.

Docentes da UFF interessados em participar dos GT's podem enviar um *e-mail* para aduff@aduff.org.br, solicitando a entrada no/nos gru-



Faixa em defesa da UFF em passeata em 2019, contra os cortes e os ataques às universidades

pos locais. Quando houver reunião do GT escolhido, as e os integrantes receberão a convocatória por *e-mail*.

As reuniões dos GT's da Aduff também são divulgadas pelos meios de comunicação da entidade (AduffZap, site, Facebook e *e-mail*).

É importante pontuar ainda que é possível participar de mais de um grupo de trabalho, a depender da própria disponibilidade e vontade.

Curta a Aduff nas redes...

A Aduff está nas redes sociais. No Facebook, no Instagram e no WhatsApp. Porém, para que as mensagens da Aduff em defesa da universidade pública, dos serviços públicos e dos direitos trabalhistas e sociais cheguem a mais pessoas é necessária a sua ajuda para furar o bloqueio das grandes plataformas de distribuição de conteúdo. Curta - Compartilhe - Comente.

...para impulsionar as nossas lutas!



GT de Política Educacional (GTPE)

- Tem como objetivo analisar as principais ações constitutivas da política de educação superior elaboradas pelo governo federal e a forma como essas ações são implementadas nas Ifes – no caso da Aduff, com atenção especial à UFF. Tais análises fundamentam as lutas políticas organizadas pela seção sindical e pelo Andes-SN.

GT de Política e Formação Sindical (GTPFS)

- Tem como objetivo aprofundar o debate sobre política sindical, desenvolvendo ações de formação sindical dos militantes do movimento docente. As reuniões e eventos locais e nacionais do GT debatem a organização sindical do Andes-SN, dos servidores públicos federais e do conjunto da classe trabalhadora de forma a subsidiar as ações do sindicato nacional e das seções sindicais.

GT de Seguridade Social / Assuntos de Aposentadoria (GTSSA)

- Cabe ao GTSSA articular atividades de formação sindical e atuar em parceria com movimentos sociais nacional e localmente na defesa dos direitos à saúde e à assistência e previdência social da classe trabalhadora, na perspectiva da proteção social: (1) da Saúde, enquanto política pública e suas interfaces com a saúde do(a) trabalhador(a) docente; (2) da Assistência Social; e (3) da Previdência Social, para ativos (as) e aposentados (as).

GT de Comunicação e Arte (GTCA)

- É o grupo de trabalho que auxilia a Diretoria Nacional do Andes-SN e das seções sindicais nos debates e na construção de políticas relacionados à comunicação, cultura e arte; e às pautas dos coletivos que protagonizam as manifestações populares e de resistência.

GT de História do Movimento Docente (GTHMD)

- Tem como pauta o fomento ao debate e à construção de políticas relacionadas à memória e à história do movimento docente, e sua relação com a história do movimento sindical no Brasil. Auxilia os trabalhos do Centro de Documentação do Andes-SN (Cedoc) e também faz interface com o resgate da memória de luta e resistência à ditadura civil-militar, realizada pela Comissão da Verdade do Sindicato Nacional.

GT de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA)

- O GTPAUA trata das temáticas relacionadas ao meio ambiente, à degradação ambiental e às consequências para a vida na cidade e para as comunidades e povos originários e tradicionais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhos, entre outros. Discute as repercussões da apropriação privada da terra, nos meios urbano e rural, e seus impactos para a vida no campo e na cidade.

GT de Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual

- O GTPCEGDS é o grupo de trabalho que reflete, produz e elabora para os debates relacionados a gênero, questões étnico-raciais, sexualidade, pautas da população LGBTTI, articulada com as ações e políticas sindicais que garantam espaços de formação e elaboração de materiais sobre esses temas. Está voltado para a defesa da garantia das políticas e combate às opressões dentro e fora do Sindicato Nacional, assim como busca construir uma agenda que dialogue com os movimentos sociais. O GTPCEGDS também atua na luta contra o capacitismo, o assédio sexual, as violências contra mulheres, negros (as), indígenas e população LGBTTI nas Universidades, Cefet e Institutos Federais.

GT Carreira

- O seu objetivo é discutir o projeto de carreira única para o ensino superior público com isonomia entre docentes ativo(a)s e aposentado(a)s, estruturado a partir da Dedicção Exclusiva como forma prioritária, para garantir o tripé ensino-pesquisa-extensão. Neste GT são debatidos os elementos de desestruturação da carreira docente e elaboradas propostas para a construção de uma carreira única que sirva como referência para a luta em todas as instituições de ensino públicas, tanto do ensino médio federal e estaduais ligadas às universidades estaduais, quanto técnico e tecnológico e o ensino superior das três esferas - federal, estadual e municipal.

GT Verbas

- O objetivo deste grupo é acompanhar o planejamento dos orçamentos públicos anuais, propor ações visando garantir a destinação destes recursos para as finalidades previstas em Constituição, principalmente àqueles que financiam a educação, a saúde, a segurança e benefícios sociais.

GT de Ciência e Tecnologia (GTCeT)

- Criado em 1986, no XIII Conad, com a denominação de Grupo de Trabalho de “Política Científica e Tecnológica”. Desde 2016, com a aprovação da Lei que define o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI), o GTCeT tem discutido a redução dos investimentos em C&T, o viés privatizador da Inovação como foco do MLCTI, além dos impactos para a carreira docente. O trabalho do GT tem por referência a defesa da ciência e tecnologia públicas para o desenvolvimento do país e para a melhoria das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora. Os debates e estudos abordam a constituição das agências de fomento à pesquisa e o desafio da integração com as instituições de ensino, tendo como referência o tripé do ensino-pesquisa-extensão.

Após volta ao presencial, o desafio de defender a universidade pública e gratuita

UFF e demais universidades públicas não apenas não pararam ao longo da pandemia, como tiveram forte atuação no combate à covid; e agora são alvos de mais cortes, expansão do ensino a distância e ameaças até de cobrança de mensalidade

Por Aline Pereira -
colaborou Lara Abib

Com o avanço da cobertura vacinal no Brasil, o retorno às aulas presenciais na UFF se impôs como uma necessidade. O assunto foi debatido em instâncias superiores da Universidade e em assembleias dos docentes da UFF.

De um lado, a instituição apresentou a Minuta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEx, estabelecendo critérios para o retorno presencial na Universidade em 2022. Por outro, a Aduff cobrou debate efetivamente democrático, com ampla representação da comunidade acadêmica, criticando aspectos da referida minuta e reafirmando princípios históricos defendidos pelo sindicato nas últimas décadas, que devem ser considerados no contexto da volta às aulas presenciais. Entre eles, estão o projeto de Educação 100% presencial, pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

A seção sindical também enfatizou que o ensino remoto emergencial, apesar de ter sido medida imposta pelo momento pandêmico, não pode ser naturalizado e perpetuado, por sustentar interesses pelo desfinanciamento e pela destruição das universidades públi-

cas como política para a Educação no Brasil.

Andes-SN: projeto de privatização

Para Regina Ávila, secretária-geral do Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), é preciso seguir em defesa de uma Educação democrática, autônoma e pelo debate crítico e coletivo. "Temos avaliação das contradições que enfrentamos, inclusive agora, no retorno presencial. Em que pese isso tenha se colocado em um período excepcional de pandemia, que ainda estamos vivendo, essa é uma proposta que coaduna muito com um projeto de Educação a distância de privatização do ensino público", considera a professora.

Segundo Regina, é preciso dialogar com a categoria sobre o tema, pois uma parte dela entende que é possível manter parcela das atividades remotamente. "Nosso esforço é associar o ensino remoto a um projeto de educação que não é o que defendemos e construímos no âmbito das mobilizações e da sociedade brasileira", disse.

Ela lembra que, em meio à conjuntura adversa instaurada pela covid-19, foi preciso enfrentar a luta contra a contrarreforma admi-

Docente em manifestação nas Barcas, em Niterói



AF Rodrigues

nistrativa (PEC 32), que consolida a destruição dos serviços públicos, e a luta pela revogação da EC 95, a do teto dos gastos públicos que privilegia o pagamento dos juros da dívida. "Penso que seja muito equivocada a avaliação de que o governo Bolsonaro não tem projeto ou a de que ele seja um idiota, ele faz parte de uma unidade de

avanço do capital sobre a vida das pessoas", avalia.

De acordo com a secretária-geral do Andes-SN, foi preciso também enfrentar a política negacionista e genocida do governo Bolsonaro, assim como o conjunto de ataques específicos à educação que fazem parte de política muito bem articulada e que defende

os interesses da crise contemporânea do capital. "Destruir os serviços públicos, precarizar o trabalho, privatizar as políticas sociais e avançar privadamente sobre o fundo público são elementos centrais para que o capitalismo permaneça como ordem vigente e com toda a sua ganância, mesmo que isso signifique o sacri-

fício da população e de grande parte da classe trabalhadora", apontou Regina. "Defendemos prioritariamente a defesa da vida, com o mote 'vacina no braço, comida no prato'; e pelo 'Fora Bolsonaro'. Essas foram as grandes linhas que essa gestão precisou, por imposição da conjuntura, assumir com centralidade na luta", finalizou.

GT de Política Educacional elaborou documento sobre as condições de retorno presencial

Docentes integrantes do Grupo de Trabalho em Política Educacional da Aduff (GTPE) elaboraram um documento que problematiza as condições de retorno ao trabalho presencial no contexto de sucessivos ataques à educação

e aprofundamento da precarização dos serviços públicos, após os dois anos de distanciamento social em decorrência da pandemia da covid-19.

O documento – intitulado Grupo de Trabalho em Política Educacional/GTPE sobre o

retorno às aulas na UFF – está disponível na página da Aduff (www.aduff.org.br) e se relaciona principalmente com a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFF (CEPEX) nº 637, de 2 de fevereiro de 2022.

Ensino superior público e SUS pagos: um projeto de generais bolsonaristas para o mercado

Projetos ganham visibilidade em meio a novo bloqueio orçamentário, que ameaça setor e exige volta da Educação às ruas

Da Redação da Aduff
Por Hércio Lourenço Filho

Os riscos que pairam sobre as instituições públicas de ensino superior e a saúde pública ganharam mais visibilidade recentemente com dois projetos defendidos por oficiais das Forças Armadas aliados ao governo Bolsonaro.

Ganham essa visibilidade às vésperas das eleições e após pouco mais de dois anos de trabalho remoto e recente retorno às atividades presenciais nas universidades – ainda sob o impacto de período de difícil mobilização da comunidade acadêmica.

A base governista tentou votar no final de maio a Proposta de Emenda Constitucional 206/2019, que institui a cobrança de mensalidades nas universidades públicas. A proposta é de autoria do deputado federal General Pternelli (ex-PSL e atual União-SP), não deixando dúvida sobre a patente militar do projeto. A proposta obteve parecer favorável do relator, o deputado federal Kim Kataguiri (União Brasil - SP), na Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça e chegou a ser pautada para ir a voto.

Diante das reações contrárias, e sob uma manifestação simbólica na sessão na Câmara que teve a participação do Andes-SN, foi retirada de pauta e

Estudantes na manifestação no Rio em 9 de junho de 2022



Luiz Fernando Nabuco

convocada uma audiência pública.

Seja como for, o recado foi dado quanto às intenções e projetos pautados pelo governo Bolsonaro e os setores militares que o apoiam. O deputado General Pternelli foi eleito pelo PSL na maré de votos conservadores de 2018.

É um general de divisão do Exército. Permaneceu no partido pelo qual Bolsonaro foi eleito e, depois, optou pela fusão do DEM com o PSL, que gerou a União Brasil, no lugar de seguir os passos de seu líder e migrar para o PL. No entanto, fez questão de expor o que defende: "Meu acordo para permanecer no partido prevê autorização para que eu siga com o presidente", disse a jornalistas.

Mais ameaças

Mensagem reforçada pela divulgação do projeto de oficiais militares para permanecer no poder até pelo menos 2035 – o Projeto de Nação, lançado em evento com a presença do vice-presidente

da República, o general Hamilton Mourão.

O documento de 95 páginas diz que a Nação está ameaçada pelo que chama de 'globalismo' – movimento que diz estar associado à "elite financeira mundial, ator não estatal constituído por

megainvestidores, bancos, conglomerados transnacionais e outros representantes do ultracapitalismo".

No entanto, as páginas do projeto estão recheadas de medidas que devem deixar o grande empresário, rural ou urbano,

muito feliz: ataque às restrições ambientais e às reservas indígenas, propostas de privatização e fim do direito universal à saúde gratuita, além de mais uma referência à cobrança de mensalidades nas universidades públicas.

'Educação' busca unidade para derrubar cortes e ataques

"Não vai ter corte, vai ter luta". A frase que marcou as mobilizações no primeiro semestre do governo Bolsonaro, em 2019, voltou a ecoar nas ruas nos atos estudantis de 9 de junho de 2022, os primeiros após os novos bloqueios orçamentários.

Setores sindicais e estudantis buscam construir uma luta conjunta para derrubá-los e enfrentar os ataques à Educação – o que já resultou em novos atos em 14 de junho, dia

de paralisação na UFF e de protesto na capital federal (Ocupa Brasília).

Entre o final de maio e o início de junho, o governo federal anunciou bloqueios orçamentários que atingem as áreas de educação, ciência, tecnologia e saúde. Concomitante, portanto, à repercussão dos projetos que atacam a gratuidade nas universidades e no SUS.

Na Educação, inicialmente, o corte linear anunciado seria de 14,5% sobre investimentos

e custeio. Logo depois, foi redefinido para 7,2%. Reitorias divulgaram notas críticas, algumas alertando que podem parar este ano sem ter como pagar as contas.

O Andes-SN divulgou nota na qual também afirma que "a situação de funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior está definitivamente comprometida", podendo "em breve sofrer paralisação", assim como setores da Ciência e Tecnologia.

Aduff obteve vitória judicial na ação das progressões e promoções

Justiça decide que efeitos financeiros das progressões e das promoções funcionais valem desde a data de preenchimento dos requisitos legais

Da Redação da Aduff
Por Aline Pereira

Aduff obteve vitória para a categoria docente em ação judicial sobre a incidência dos efeitos das progressões e promoções funcionais.

A Justiça Federal aceitou a tese defendida pelos advogados do sindicato e declarou que o "termo inicial do interstício para progressões e promoções funcionais, bem como marco temporal do pagamento de exer-

cícios financeiros decorrentes da evolução na carreira, é a data de preenchimento dos requisitos legais (24 meses de produção acadêmica), correspondente ao término do período objeto de avaliação, independentemente de quando for emitido o parecer da comissão de avaliação do departamento ou unidade".

"A ação está em fase de execução, porém, cabe ressaltar que segue em tramitação e será apreciada por

instâncias superiores da Justiça", diz Carlos Boechat, advogado da Assessoria Jurídica da Aduff.

"A decisão da Justiça determina revisão de todas as portarias de progressão e promoção que foram emitidas com o entendimento até então adotado pela CPPD. A UFF terá que prestar, nos autos do mandado de segurança, informações das portarias que forem corrigidas e a Aduff vai publicizar os nomes dos docentes

beneficiados", explicou o advogado.

Mandado de segurança

Ainda em 2020, a Aduff conseguiu mandado de segurança para reverter os efeitos da Nota Técnica nº 121/2020, de orientação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD-UFF). A medida limitou o início dos efeitos financeiros à data do parecer de avaliação favorável da Comissão de Avaliação do Departamento ou da

Banca Examinadora da Unidade.

A UFF recorreu da sentença, mas a Justiça aceitou a tese da Aduff. Além disso, a Procuradoria Federal na UFF recomendou que a CPPD retifique a norma, nos termos do que agora determina a Justiça.

Docentes que não tiverem a situação corrigida devem procurar o setor Jurídico da Aduff.

'Critério era punição do docente'

"Considero uma vitória esplendorosa da

Aduff, porque os casos atingem [muitos] docentes, hoje prejudicados e que agora serão reparados. Quem tem sindicato não está sozinho", disse o professor Claudio Gurgel, diretor da seção sindical. "Muitos deixavam passar a data de apresentação de seu relatório por força do volume de trabalho em que estavam envolvidos. O critério adotado por decisão do governo federal e aceito pela UFF era uma punição ao docente", complementa.

Aduff alerta para riscos de migrar da Previdência (RPPS) para o fundo de capitalização (Funpresp)



Luiz Fernando Nabuco

O Funpresp volta a tentar convencer servidores que entraram no serviço público antes de fevereiro de 2013 a migrarem do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o de Previdência Complementar (RPC).

De caráter irrevogável e irretratável, a adesão implica na renúncia aos direitos assegura-

dos nas regras anteriores. O Funpresp – que é um sistema de capitalização – é estruturado na forma de contribuição definida: paga-se sem saber quanto se receberá no futuro. A Aduff e o Andes-SN são contrários aos fundos de pensão privados e alertam sobre os riscos desse modelo.

Para quem ingressou antes da 'reforma'

da Previdência de 2003 (que pôs fim à aposentadoria integral e à paridade entre ativos e aposentados), migrar levará à perda da integralidade e da paridade.

Para quem ingressou entre 2003 e 4 de fevereiro de 2013, significará limitar os proventos de aposentadoria, do regime próprio (RPPS), ao teto do INSS.

A Medida Provisória

A defesa da Previdência Social pública e a luta contra as privatizações foram reafirmadas no 40º Congresso do Andes-SN, de 27 março a 1º de abril, que teve a participação de delegação da Aduff

1119/2022 reabriu até 30 de novembro de 2022 o prazo para optar pelo Funpresp para quem ingressou no serviço público antes da data da vigência do fundo (4 de fevereiro de 2013, no Executivo).

A MP prevê alterações na forma de cálculo do benefício especial, referente à 'compensação' para as contribui-

ções já feitas acima do teto do INSS, que resultam em "significativa redução de valor", segundo a Assessoria Jurídica da Aduff. "Cabe registrar que a MP alterou a natureza das entidades gestoras do RPC, que passam a ter natureza privada, o que aumenta a insegurança jurídica", destacam os advogados.

■ No site da Aduff

O documento da Assessoria Jurídica sobre a MP do Funpresp pode ser acessado em http://aduff.org.br/site/images/downloads/Reabertura_Prazo_RPC_Analise_Juridica.pdf

Plano de Saúde da Unimed

Não houve alterações no processo da Unimed: a decisão liminar obtida pela Aduff segue valendo, o que assegura a todos os participantes do plano coletivo a continuidade do atendimento. A ação ainda não teve o mérito julgado. A Assessoria Jurídica da Aduff-SSind segue atuando pela manutenção do plano coletivo de saúde e acompanha o processo, que tramita na 7ª Vara Cível, sob o número 0014573-03.2021.8.19.0002.